

## DISCURSO DE POSSE DE JOÃO PEDRO CERQUEIRA AO CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Solenidade de posse: 11/03/2025

A música, e em especial o RAP sempre foi uma grande escola pra mim, um verdadeiro timoneiro indicando o caminho para onde eu devia caminhar.

E por isso não podia iniciar a minha fala de outra forma senão trazendo um dos grandes versos do rapper “AbebeBikila”, conhecido como BK.

“Eu sou a continuação de um sonho  
Da minha mãe, do meu pai  
De todos que vieram antes de mim  
Eu sou a continuação de um sonho  
Da minha vó, do meu vô  
Quem sangrou pra gente poder sorrir”

Tomar posse no Cargo de Defensor Público do Estado do Tocantins, sem dúvidas, é a realização de um sonho pessoal.

Contudo, esse sonho não foi sonhado sozinho, e representa muito além de uma vitória pessoal, uma conquista coletiva dos meus, que vibram pelas minhas conquistas como se fossem deles.

E por isso, queria agradecer à minha mãe Simone, pelas lições diárias, amor incondicional e apoio durante toda a trajetória, sem você isso não seria possível.

Ao meu Pai, André, por ser Talvez o meu maior fã e grande incentivador, sempre chorando de alegria e orgulho (literalmente) desde quando eu era aprovado numa seleção de estágio na faculdade.

Ao meu outro Pai, Marcelo, por ter me ensinado na prática que as relações familiares são formadas por amor, carinho e dedicação muito mais que por laços sanguíneos.

À minha companheira de vida, Ayla, por ser o meu porto seguro. E acho que ninguém mais do que você sentiu junto comigo as agruras da trajetória dos concursos. Chegamos lá!

Aos meus avós, irmãos, primos e tios, por sempre vibrarem por cada conquista minha, vocês são a base que deu sustentação à tudo que foi construído.



Aos meus amigos, que mesmo que alguns tenham seguindo caminhos diferentes na estrada da vida, nunca nos separamos de fato. Sem vocês nada seria possível!

Por fim mas não menos importante, aos meus irmãos de tatame, representados aqui pelos mestres Alexandre Lima e Marlos Vandrê. Obrigado por terem me ensinado muito mais do que golpes marciais.

E vocês estão certos: essa vitória é nossa.

É importante destacar ainda, que eu nunca almejei apenas “ser concursado”, com as consequências inerentes ao termo, mas a partir do momento em que eu me encontrei no Direito, sempre busquei com afincado SER DEFENSOR PÚBLICO.

Isso não era uma opção, era a única opção.

E essa busca teve origem lá atrás, enquanto estagiário do Tribunal de Justiça da Bahia, lotado no gabinete da 3ª vara de família de Feira de Santana.

Acompanhando as audiências com o magistrado titular, pude notar que em, talvez 70 ou 80% dos processos 1 mesma Mulher estava sempre presente.

A forma aguerrida com que ela desempenhava suas funções, sem recuar às micro violências de gênero que existem em um sistema patriarcal como o sistema de justiça brasileiro; o domínio técnico sobre o que fazia, e PRINCIPALMENTE, a forma empática e humana com que tratava cada SER HUMANO envolvido nos processos, dentro e fora dos autos, me fez procurar saber quem era ela.

Dra. Melina Dantas Prates foi a pessoa responsável por me apresentar a instituição da Defensoria Pública. Muito Obrigado.

Ela também foi a pessoa que me disse uma frase importante: “A Defensoria Pública não é para quem quer. A Defensoria Pública é para quem precisa”.

E é claro que a “precisão” trazida por Dra. Melina é ampla e não apenas financeira.

Assim, é dever do Defensor Público, enquanto agente de transformação social buscar sempre pautar sua atuação visando a promoção de direitos fundamentais, especialmente dos grupos que histórica e socialmente enfrentam discriminações que dificultam seu acesso ao pleno exercício da cidadania, sempre atento aos recortes de Classe, Raça e Gênero, como bem nos orienta a brilhante Lélia Gonzalez.

Isso é especialmente relevante no Estado do Tocantins, já que, segundo dados do IBGE de 2022, 76,6% de sua população se autodeclara negra, dado este que – como consequência do caráter estrutural do racismo – não se reflete nos espaços poder do Estado, seja no setor público seja no setor privado.

Ciente do seu papel constitucional, o Conselho Superior desta instituição elaborou a Resolução nº 208/2021, que alterou a Resolução nº 147/2016,

ampliando de 20 para 30% o sistema de cotas para pessoas negras, indígenas e quilombolas nos concursos públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, sendo esta resolução aplicada pela 1ª vez no concurso de membros justamente neste IV concurso.

E este fato merece destaque e relevância.

Segundo a CF, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, **AOS NECESSITADOS**.

Quando busco entender quem são esses necessitados do texto normativo, para além da fria dogmática jurídica, busco na poesia sempre crítica e socialmente posicionada de Eduardo Galeano um norte, que traz uma perfeita explicação no sempre louvável livro dos abraços, permitam-me a leitura:

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

A Defensoria Pública é a instituição responsável não para supostamente “dar voz a alguém” (afinal isso todos já possuem, o que muitos no sistema de justiça não possuem é ouvidos para ouvir!)

Mas sim, deve servir como um megafone da voz já estridente dos “ninguéns” de Galeano, reconhecendo-os verdadeiramente como sujeitos de direitos que são e fazendo com que gozem da dignidade a todos inerente com suas próprias histórias, angústias e complexidades que devem ser levadas em consideração nos autos de cada processo judicial ou atendimento extrajudicial.

Afinal, por trás de cada número, existe uma história, e que o decorrer da atuação cotidiana nunca nos deixe esquecer disso, afinal, foi isso que nos trouxe até aqui.

Como diria Guimarães Rosa: “O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”

E é com muita coragem que digo que me sinto pronto e ansioso para viver o meu sonho e servir à sociedade tocantinense vulnerabilizada.

Meu muito obrigado a todas e todos.